

ENTRE O PIAUÍ E O RIO DE JANEIRO: A ATUAÇÃO FARMACÊUTICA DE EUGÊNIO MARQUES DE HOLLANDA (1860- 1892)

Ana Karoline de Freitas Nery*

Elizangela Barbosa Cardoso**

RESUMO

Na segunda metade do século XIX farmacêuticos se destacaram no Brasil na atuação farmacêutica. Dentre eles, o piauiense Eugênio Marques de Hollanda, com a fabricação de medicamentos no Rio de Janeiro em seu Laboratório Flora Brasileira e por sua influência com as causas dos farmacêuticos para maior legitimação da área. Portanto, este trabalho analisa a atuação de Eugênio Marques de Hollanda, no campo da farmácia entre o Piauí e o Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. A metodologia utilizada envolveu a análise de livros de memórias e leituras bibliográficas de autores como: Carvalho (1942); Edler (2006); Pereira Neto (2001); Velloso (2007).

Palavras-chave: História, Farmacêutico, Medicamentos, Piauí.

* Ana Karoline de Freitas Nery é Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí - (Bolsista- CAPES) e Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8461-8216>. E-mail: ananerykarol@gmail.com

** Elizangela Barbosa Cardoso é Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense e Mestra em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é professora associada IV da Universidade Federal do Piauí. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6055-2777>. E-mail: elibcardoso@yahoo.com.br

BETWEEN PIAUÍ AND RIO DE JANEIRO: THE PHARMACEUTICAL WORK OF EUGÊNIO MARQUES DE HOLLANDA (1860- 1892)

SUMMARY:

In the second half of the 19th century, pharmacists stood out in Brazil in pharmaceutical activities. Among them, Eugênio Marques de Hollanda from Piauí, with the manufacture of medicines in Rio de Janeiro in his Flora Brasileira Laboratory and for his influence with the pharmacists' causes for greater legitimization of the area. Therefore, this work analyzes the activities of Eugênio Marques de Hollanda, in the field of pharmacy between Piauí and Rio de Janeiro in the second half of the 19th century. The methodology used involved the analysis of memoirs and bibliographic readings by authors such as: Carvalho (1942); Edler (2006); Pereira Neto (2001); Velloso (2007).

Keywords: History, Pharmacist, Medicines, Piauí.

ENTRE PIAUÍ Y RIO DE JANEIRO: LA OBRA FARMACÉUTICA DE EUGÊNIO MARQUES DE HOLLANDA (1860- 1892)

RESUMEN:

En la segunda mitad del siglo XIX, los farmacéuticos se destacaron en Brasil en las actividades farmacéuticas. Entre ellos, el piauí Eugênio Marques de Hollanda, con la fabricación de medicamentos en Río de Janeiro en su Laboratorio Flora Brasileira y por su influencia con las causas de los farmacéuticos para una mayor legitimación de la zona. Por lo tanto, este trabajo analiza las actividades de Eugênio Marques de Hollanda, en el campo de la farmacia entre Piauí y Río de Janeiro, en la segunda mitad del siglo XIX. La metodología utilizada implicó el análisis de memorias y lecturas bibliográficas de autores como: Carvalho (1942); Edler (2006); Pereira Neto (2001); Velloso (2007).

Palabras clave: Historia, Farmacéutico, Medicamentos, Piauí.

Eugênio Marques de Holanda¹ nasceu à 04 de março de 1836. Oeirense, piauiense, com formação farmacêutica, consagrou-se, ao longo de sua atuação profissional, como um indivíduo de destaque no campo da farmácia e na produção laboratorial farmacêutica, durante a segunda metade do século XIX. Angariou espaços e perfil profissional em meio à sujeitos que à época se destacavam e buscavam alcançar o estatuto de homens de ciência.

Nesta narrativa, será discorrido, através de dados relativos ao nascimento, influência familiar, formação, atuação farmacêutica, relações políticas e econômicas, alguns dos papéis desempenhados por Eugênio Marques de Hollanda. Percorrera-se à um trajeto retratando apenas aspectos que possibilitem refletir sobre uma espécie de “apontamento biográfico” do sujeito em questão, para destacar sua presença no campo da farmácia no Brasil, na segunda metade do século XIX.

Utilizamos referência à Eugênio Marques de Hollanda como um dos precursores do exercício farmacêutico na província piauiense e pela influência estabelecida no Piauí e no Rio de Janeiro. Notabilizou-se com a criação do Laboratório da Flora Brasileira, na capital do Império, onde ocupou ainda a presidência do Instituto Farmacêutico entre 1882 e 1887. Foi também um expoente no projeto de criação da Escola Superior de Farmácia do Rio de Janeiro, a qual desvincularia o curso de farmácia das Faculdades de Medicina. Foi farmacêutico da Casa Imperial, pertencendo a Academia Imperial de Medicina e a várias Associações nacionais e estrangeiras (EDLER, 2006).

Ademais, estes aspectos levantados e que serão apresentados nesta narrativa, mostram-se de natureza relevante e pertinente para a historiografia das Ciências, bem como aos estudos sobre as Profissões em Saúde. Diante do levantamento, pesquisa e leitura de alguns de trabalhos desenvolvidos sobre a História da Farmácia no Brasil, que denotam os papéis articulados por boticários e farmacêuticos que se destacaram frente a farmácias, laboratórios, na presidência da Sociedade Farmacêutica Brasileira e do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, são recorrentemente mencionados o boticário Ezequiel Corrêa dos Santos e o farmacêutico Eduardo Júlio Janvrot, sendo exploradas infimamente as ações desempenhadas pelo farmacêutico Eugênio Marques de Hollanda.

Ao catalogar periódicos circulantes no Piauí na época, como “A Imprensa” e “O Piauhy”, os informativos a respeito de Eugênio Marques apresentam-se, em suma, referentes aos anúncios de medicamentos. Ao seguir na busca e levantamento de outros dados referentes ao sujeito e sua atuação, tivemos acesso ao livro de memórias produzido por J. Coriolano de Carvalho, intitulado “Eugênio Marques de Hollanda: Pioneiro da Indústria Farmacêutica Nacional” (Carvalho, 1942) que se tornou a fonte principal desta escrita. A narrativa contida na obra é permeada de intenções do próprio autor, enquadrando uma memória (Pollak, 1989) que, como ele aponta, se propõe “a inaugurar um retrato de Eugênio” como “um pioneiro da indústria farmacêutica no Brasil”.

¹ Eugênio Marques de Hollanda nasceu em Oeiras (PI), em 1836. Formado em Farmácia pela Faculdade do Rio de Janeiro (1860). Profundo conhecedor de nossa flora. Instalou o primeiro Laboratório da Flora Brasileira. Pioneiro na fabricação de produtos da flora medicinal. Os seus produtos receberam menção honrosa na Exposição Nacional de 1871. Presidiu o Instituto Farmacêutico Nacional. Responsável pela instituição da primeira Escola de Farmácia autônoma, desvinculada das Faculdades de Medicina. Foi farmacêutico da Casa Imperial e Cavalheiro da Ordem da Rosa (Gonçalves, 2003).

Assim, neste artigo busca-se situar a presença de Eugênio Marques de Hollanda no âmbito da farmácia no Brasil, uma vez que, vistas as fontes em seu conjunto, percebe-se o protagonismo de Eugênio na área da farmácia no Brasil.

A figura de Eugênio Marques de Hollanda ganha, portanto, centralidade, possibilitando alongar o espectro dos sujeitos atuantes na redefinição da farmácia no Brasil, viabilizando que as lacunas deixadas a priori, referentes à Eugênio Marques de Hollanda e sua atuação na área da farmácia, pudessem ter visibilidade na narrativa que se elucida a partir de então.

Assim, ressaltamos os papéis desempenhados pelo piauiense Eugênio Marques de Hollanda no campo da farmácia brasileira, entre os anos de 1860 e 1892, percorrendo aspectos da trajetória de um sujeito piauiense, que iniciou suas atividades no Piauí, e no decorrer de alguns anos, a partir de seu envolvimento com outros sujeitos, espaços e com o Estado Imperial, teve atuação relevante e desenvolveu notáveis papéis na área da Farmácia Brasileira, no Piauí e na capital do Império, conforme argumenta Coriolano de Carvalho.

Eugênio Marques de Hollanda era filho de Manoel Marques da Cruz, negociante português, e de Rosa Benedicta de Hollanda, nascida no Piauí, descendente de uma família de portugueses, concentrada, em sua maioria, no estado de Pernambuco. Os Marques de Hollanda estavam instalados na fazenda Mocambo, engenho e produtora de açúcar, localizada na cidade de Oeiras, fomentada a uma produção comercial que gerava lucros. (Carvalho, 1942). Os seus descendentes eram considerados pertencentes às famílias abastadas. Foi nessa localidade e dentro dessas condições sociais que Eugênio Marques de Hollanda nasceu e vivera parte de sua vida.

A cidade de Oeiras, à época de seu nascimento, era capital da província do Piauí. Embora localizada geograficamente em um espaço de difíceis condições de relações comerciais e de comunicação (Andrade, 2016), possuía condições materiais baseadas em uma forte predominância de famílias com heranças rurais e com predileção ao latifúndio (Nunes & Abreu, 1995). No período do nascimento de Eugênio Marques, na cidade concentrava-se a maior parte da elite piauiense, que sob forte influência de grupos familiares, dominaram a vida político-social e econômica da província, tendo se fortalecido durante o século XVIII e prevalecendo por boa parte do Oitocentos (Sousa Neto, 2013).

Deve-se à cidade de Oeiras-PI as primeiras letras de Eugênio Marques de Hollanda, aprendendo a ler e escrever nas escolas primárias particulares da cidade (Carvalho, 1942). Em 1852, Oeiras deixa de ser a capital do Piauí, sendo transferida a sede governamental para Teresina. As prerrogativas de tal alteração se davam e se justificavam pelas “mudanças na dinâmica populacional aliadas a uma progressiva crise da economia pecuária e à necessidade de reestruturar as atividades produtivas locais” (Andrade, 2016, p. 39).

Quanto à formação educacional à época, segundo Teresinha Queiroz, tanto na capital Teresina, quanto no interior, o desenvolvimento do ensino era preocupação manifestada pelo poder público. A contar que, no período, o governo federal não assumia todos os graus de formação dos indivíduos, ficando

delegado aos poderes municipais e estaduais, consagrando assim justificativas de atraso e fracasso perante o ensino nas províncias (Queiroz, 2008).

Em contrapartida, no momento em questão, as famílias abastadas assumiam relações mais estreitas em torno da importância dos investimentos no mundo da educação e escrita sendo, portanto, vistas como “algo indispensável para o sucesso dos filhos na vida adulta” (Castelo Branco, 2008, p.55).

Por consequência da incipiente educação ofertada no município de Oeiras e da condição próspera de sua família, tinha como oportunidade possuir estudos superiores. Como filho de representantes da elite oeirense, precisava inserir-se em “uma ilha de letrados, num mar de analfabetos” (Carvalho, 2010, p. 65). Eugênio Marques descolou-se para a atual capital Teresina, e passou a estudar no Liceu Piauiense, primeira escola pública de ensino secundário, complementando seus estudos nessa repartição (Carvalho, 1942).

Fazia parte da continuidade de formação dos jovens que desejassem ingressar em faculdades, naquela época, a exigência de exames preparatórios. A legislação que regulamentava o ingresso no ensino superior passou a permitir a execução desses exames, somente a partir de 1873, em todas as capitais da província. Durante as décadas anteriores, os estudantes piauienses se deslocavam para outras capitais, na busca de estudos preparatórios e a consequente realização dos exames (Queiroz, 2008).

Nesse contexto, havia uma forte política de incentivo entre o governo e as elites, que visava a capacitação de profissionais para o ingresso em cursos superiores e a possível atuação, após a formação, em variadas funções do Estado. Portanto, o governo Imperial concedia pensões de estudo, possibilitando ampliar o ingresso em diversas áreas do conhecimento, tais como a Mineralogia, Medicina e Marinha (Sant’anna & Bosissio, 2010).

De acordo com Maria Costa, essa seria uma política de incentivo governamental ao desenvolvimento da “ciência”, que já ocorria desde o século XVIII, quando o governo incentivava a realização de expedições científicas patrocinadas pelo Estado no Brasil, configurando-se em uma cooptação de letrados para tarefas científicas. Já nas primeiras décadas do século XIX, as pensões de estudo estão inseridas no contexto de “ilustrar” e “civilizar” o Brasil (Costa, 2012).

Na província do Piauí, seguindo esse modelo empreendido pelo governo Imperial, foram ofertados investimentos para que alguns jovens de variados municípios estabelecessem moradia em localidades que oferecessem formação, especialmente para as áreas de Medicina, Direito, Engenharia e Farmácia. Em virtude de uma autorização concedida pelo art. 1º da lei n.415 de janeiro de 1856, foi designado a Eugênio Marques de Hollanda “estudar farmácia em qualquer das academias do Império, e bem assim a arte tachigraphia, recebendo o subsídio anual de 600\$ reis, e mais a ajuda de custo de 100\$000 réis para a ida, e outro tanto para a volta” (Piauhy, 1857). Assim, Eugênio Marques rumou à Salvador-BA, para fazer estudos preparatórios e dar início ao curso de Farmácia, que, na época, era anexo ao curso de Medicina. Porém ele acaba por finalizar no Rio de Janeiro, em 1860 (Pinheiro Filho, 1972).

Eugênio Marques de Hollanda ingressa no ensino e formação da farmácia, em um contexto de mudanças tanto na estrutura sócio-política brasileira, como na própria área farmacêutica. A farmácia, entendida como ciência e profissão, sustentada em bases científicas e técnicas e em tecnologias, uma ciência multi e interdisciplinar e uma profissão fortemente regulamentada, passou por um longo processo de mudanças para alcançar tais parâmetros (Pita, 2013).

Dentre os processos ocorridos para o estabelecimento do campo da farmácia científica no Brasil, deve-se levar em conta a variedade de saberes sobre tratamentos e propriedades medicamentosas se faziam presentes desde o Brasil colonial. Nesse contexto, entre os agentes de cura que compunham os diversos cenários cotidianos, os físicos, cirurgiões e boticários atuavam, a partir da mesclagem de seus saberes e da observação, imitação, experimentação e descrição das propriedades terapêuticas presentes especialmente na cultura indígena. Divulgavam suas experiências na colônia e na metrópole, ampliando os saberes sobre matéria médica e medicamentosa (Edler, 2006).

Nesse cenário, os jesuítas, através do trabalho missionário, também se dedicaram ao aprendizado da manipulação de matérias primas nativas para obtenção de remédios que curassem as doenças de diversas regiões. Assim, os jesuítas atuavam como boticários e nos seus colégios foram criadas as primeiras boticas nas quais o povo encontrava os medicamentos para o alívio de seus males (Diez del Corral, Souza & Negrão, 2009). Ademais, não somente as boticas passaram a vender remédios no Brasil. As lojas de barbeiro, estabelecimentos dos ourives, padeiros e outras casas também comercializavam determinados remédios (Edler, 2006, p.23).

Portanto, os saberes referentes à panaceia de plantas medicinais disponíveis, e a arte de manipular remédios no Brasil, estiveram durante muito tempo, como atividade de variados atores, ocasionando o estabelecimento de boticas, a presença de vendedores ambulantes e a circulação de conhecimentos diversos sobre tratamentos de doenças, sem a necessidade de um ensino e formação científica. Nesse cenário, como enfatiza Vera Regina Marques, corriqueiramente ocorriam as disputas e alianças, especialmente entre boticários e médicos, quando ao médico cabia a parte nobre da arte e ao boticário a parte mecânica, a “cozinha”, lugar onde se aviam os saberes do outro sem o qual não haveria razão para a existência dos boticários, cuja competência manifestava-se de forma técnica, ocasionada apenas na fabricação dos medicamentos (Marques, 1998).

Mudanças mais incisivas no saber e na prática técnica e que revelaram um contraste na arte de manipular empreendida até então, ocorreram somente após a chegada da família real portuguesa no Brasil, em 1808. Esse fato torna-se marcante pela inserção do ensino da ciência no país, com o estabelecimento das primeiras Escolas de Cirurgia e Anatomia no Rio de Janeiro e na Bahia (Cytrynowicz, 2007, p.27). Portanto, em 1809, criou-se a cadeira de matéria médica e farmácia, destinada apenas a formação de cirurgiões (Edler, 2006), o que denotava a formação médica ter sido estabelecida a priori que a farmacêutica no país. “É somente a partir de 03 de outubro de 1832, que começa de fato a vida da “farmácia científica” no Brasil, quando a regência institui na Faculdade de Medicina, o Curso de Farmácia”²

² Segundo Flávio Edler, os cursos farmacêuticos, durante o século XIX, eram oferecidos inicialmente pelas duas únicas Faculdades de Medicina do Império, a do Rio de Janeiro e a da Bahia. Até que, em 1839, foi criada a Escola de Farmácia de Ouro Preto (Edler, 2006).

De acordo com João Rui Pita, a primeira metade do século XIX, do ponto de vista farmacêutico, é marcada pela tentativa de afirmação de uma farmácia científica, por parte das escolas e formação, para assim, ocuparem o espaço deixado pela velha e firme doutrina galênica. Os avanços verificados desde finais do século XVIII na área da química, e continuados no início do século XIX, proporcionaram o isolamento de princípios ativos de produtos vegetais, que passaram a atuar como substâncias extraídas quimicamente das plantas. Além disso, enfatiza a relevância das farmacopeias e de tratados farmacêuticos que começaram a introduzir fórmulas constituídas por estas substâncias ou princípios ativos. Como ele mesmo evidencia “é muito interessante vermos esta passagem de uma farmácia empírica, podemos dizer, para uma farmácia científica [...]” (Pita, 2013, p.260).

Eugênio Marques de Hollanda adquire formação nesse cenário, no qual mudanças ocorreram e foram sustentáculos para o estabelecimento do campo da farmácia como científico no Brasil, mudanças estas refletidas no ensino, formação e na atuação de sujeitos que inspiraram o jovem farmacêutico piauiense. Através de ações dentro e fora das farmácias, estes representantes de novos ideais para a farmácia brasileira propuseram alianças políticas, estabeleceram notável relevância no ensino da farmácia no Brasil e difundiram ideias em Sociedades e Associações farmacêuticas durante o Império, angariando recursos e buscando legitimidade ao campo farmacêutico.

Durante os anos experienciados entre Salvador e o Rio de Janeiro na busca pelo diploma, Eugênio Marques vivenciara estes auspícios dos seus pares, passando então a atuar e mostrar-se frente as causas dos farmacêuticos, inicialmente na província onde nasceu e anos depois na capital do império.

Portanto, assim como fazia boa parte dos jovens que procuravam o ensino superior em outros locais, ao se formar em 1860, Eugênio Marques retornou ao Piauí, instalando-se em Teresina, capital recém fundada na segunda metade do século XIX.³ À época, eram poucas as farmácias que atuavam na produção medicamentosa. Tendo a notícia da presença de “[...] uma única botica então existente, além da sua, era a do sr. Ernesto, na rua Bela [...]” (Pinheiro Filho, 1972, p. 17). Eugênio Marques instalou uma Farmácia à rua Grande n. 39.

Como era comum, naquela época, haver, nas mais variadas capitais, um laboratório para as manipulações e testes, Eugênio Marques montou, no fundo de sua farmácia, um laboratório para aviar receitas. Acontece que ele não se limitava a isso somente, mas ampliou o laboratório, ajustando-o a suas pesquisas, dedicando-se ao estudo das plantas medicinais do Piauí (Pinheiro Filho, 1972).

A atuação e produção farmacêutica de Eugênio Marques iniciara. Aquele seria o primeiro passo para a produção do principal composto medicamentoso produzido por ele, a afamada “Tintura de Salsa, Caroba e Manacá”, estando disposta nas prateleiras à venda a partir de 1862. Consistia em um compi-

³ Segundo Andreia Andrade “No início do século XIX, muitos já se mostravam convencidos da necessidade de mudança da sede da capital da Província para outro espaço geográfico, próximo às margens do Rio Parnaíba, que viabilizasse a circulação de pessoas e mercadorias. E também a comunicação da Província do Piauí com as outras partes do Império. As discussões em torno da mudança da capital geraram intensas e calorosas discussões sobre a transferência para diversos locais, como a Vila de São João do Parnaíba, a Vila de São Gonçalo ou para a Vila Nova do Poti. E culminaram com a transferência da sede do Governo Provincial de Oeiras para a Vila Nova do Poti, em 16 de agosto de 1852, que passou a denominar-se Theresina” (Andrade, 2016, p. 43-44).

lado de Salsaparrilha (*Smilax officinalis de Poeppig*) a Caroba de Flor verde (*Bignonia antisiphilitica de Reisse*) e o Manacá, também chamado de Mercúrio Vegetal (*Brunfelsia Hopeana de Benth*) (Carvalho, 1942, p.37), atuante no tratamento de afecções sifilíticas, herpéticas, bobáticas e escrufulosas, provenientes das impurezas do sangue. Ao longo dos anos de sua produção e venda, foi aprovada pela Junta de Higiene do Rio de Janeiro e autorizada por Decreto Imperial de 14 de dezembro de 1871 (Almanak Flora Brasileira, 1884). “Essas garrafadas da farmácia da Rua Grande, iam levar Eugênio Marques de Hollanda, 20 anos depois, à uma posição notável na capital do Império” (Carvalho, 1942, p.37), conforme acentua Coriolano de Carvalho.

No decorrer de uma década após a produção e inauguração da “Tintura de Salsa, Caroba e Manacá” ao mercado consumidor, a farmácia continuava a ter relevância e acabou Eugênio Marques por inspirar outros praticantes para o ofício farmacêutico. Um deles seria Antônio Colett da Fonseca,⁴ farmacêutico que ao longo do tempo tornara-se importante neste mister na capital. O seu pai, prático em farmácia, era colaborador de Eugênio Marques, e Antônio Colett, depois de formado em farmácia, tornou-se um sócio.⁵

De acordo com Pereira Neto, um prático em farmácia deveria atuar como assistente do farmacêutico diplomado, podendo encarregar-se da administração de uma farmácia, somente quando ocorresse algum impedimento temporário do farmacêutico. Para tanto, deveria provar as suas habilidades perante uma comissão de fiscalização. Se fosse aprovado, receberia o título de “oficial em farmácia” (Pereira Neto, 2001).

Nesse momento, práticos em farmácia podendo ser licenciados⁶ ou não, e farmacêuticos diplomados, conviviam no ambiente da produção medicamentosa, ora convergindo os seus saberes, ora disputando espaços e aderência do público que consumia os seus serviços.

No período em questão, o cenário de atuação de farmacêuticos em várias regiões do Império era marcado por inspeções e regulamentos que definiam suas atividades, ora auxiliando-os, com medidas de inspeção à praticantes da arte farmacêutica que atuavam sem licenças, ora definindo regras e espaços para a atuação de farmacêuticos diplomados. A Sociedade Farmacêutica Brasileira era um espaço de formulação e encontros de ideias que, nesse momento tinha, como um de seus propósitos, assegurar “a autoridade dos farmacêuticos diplomados e licenciados e, conseqüentemente, dar a eles o monopólio da manipulação e do comércio de medicamentos [...]” (Peruchi, 2020, p.203).

⁴ “O Farmacêutico Colett era casado com D. Lavina de Holanda Fonseca, filha do irmão de Eugênio, Ilídio Marques da Fonseca. No palacete deste distinto casal, logo atrás da igreja de São Benedito, um dos melhores da Teresina de então, foi hospedado o Dr. Afonso Pena, em 1906, o primeiro presidente da República que visitou o Piauí” (Pinheiro Filho, 1972, p. 24).

⁵ Quando Eugênio Marques muda-se para o Rio de Janeiro, deixa Antônio Colett da Fonseca preparando as tinturas de plantas locais, para serem embaladas e vendidas na Corte (Pinheiro Filho, 1972, p. 21).

⁶ As licenças eram concedidas aos não diplomados por meio das fiscalizações operadas por órgãos públicos de saúde. A legislação reconhecia a inexistência desses profissionais em número suficiente para se ocuparem de todas as farmácias existentes e atender às demandas locais. A legislação, ao mesmo tempo em que inibia a atuação dos não formados, abria espaço e concedia a devida autorização, reconhecendo a dificuldade de manter farmacêuticos formados em todas as farmácias (Figueiredo, 2002).

Uma outra faceta operada por Eugênio Marques de Hollanda, na capital do Piauí, era voltada às relações sociais e políticas que possuía na cidade. Envolvera-se em ações que o validavam como figura proeminente, ressaltaremos aqui algumas delas:

[...] A obra complementar do Estabelecimento do Educandos Artífices, arrematada pelo cidadão Eugênio Marques do Hollanda pela quantia de 11.000/000 réis foi também entregue e aceita desde o dia 7 do precedente mês. O Estabelecimento, com o acréscimo que acaba de ter, possui cômodos suficientes para receber 100 ou mais educandos, e para conter desafogadamente todas as oficinas atuais [...] (Piauí, 1868, p.33).

Em 1870, como havia uma grande grita da população, contra os buracos existentes na rua da Imperatriz (hoje Rui Barbosa), e como a Câmara Municipal não mandava consertar, alegando falta de dinheiro, o Dr. Eugênio propôs-se a fazer os consertos, por sua conta 'para a Câmara pagar quando pudesse'. A partir de 1871, ganhou várias concorrências para fornecimento de medicamentos à Santa Casa de Misericórdia, oferecendo abatimento de 25% do preço de formulário (Pinheiro Filho, 1972, p. 19-20).

Em 1872, suas vistas voltaram-se para o rio Parnaíba, que exerce forte atração sobre o povo e pensou em ser útil à sua gente, organizando um serviço de transporte mais rápido, entre Teresina e a vila fronteira, do outro lado do rio, chamada Flores, em território do Maranhão, facilitando as comunicações com a cidade de Caxias. Em 10 de dezembro de 1872, pela Lei Provincial nº 787, foi concedido um privilégio, por vinte anos, a Eugênio Marques de Hollanda, para o estabelecimento de um barco à vapor e lanchas de reboque [...] (Carvalho, 1942, p.30).

A relação de homens de ciência – farmacêuticos e médicos – em ações como estas, tinham como resultado a busca de prestígio social, que por consequência passariam a alçar, para além dos cargos que desempenhavam, tendo, portanto, visibilidade de seus nomes nos espaços públicos/privados, diante das “relações estabelecidas com as elites locais e políticos”. (Martins & Tupich, 2015).

Eugênio Marques esteve envolto nesse grupo e notabilizou-se perante essas ações para além de Teresina, firmando relações deste cunho inclusive no principal núcleo urbano do Brasil na época – a capital do Império.

Portanto, após alguns anos de atuação no Piauí, retornou ao Rio de Janeiro, local onde, nas palavras de Coriolano de Carvalho:

Estava o Dr. Eugênio, então, apto para o grande salto que visava dar: instalar o primeiro grande laboratório do Brasil, e, como atividade suplementar, a primeira Escola de Farmácia autônoma do País. Todos os pressupostos para tão grandes realizações, estavam já satisfeitos. As relações sociais do farmacêutico do Piauí haviam rompido todas as barreiras, até mesmo a da Corte Imperial, pois que se tornou amigo pessoal do Imperador, e por este fora autorizado a declarar-se: “Farmacêutico da Casa Imperial” (Pinheiro Filho, 1972, p. 21).

A capital do império brasileiro, na segunda metade do século XIX, vivenciava um cenário de permanências e mudanças que, em suma, se concentravam nas estruturas sociais, políticas e econômicas. Ideais eram exaltados por grupos variados de homens – latifundiários, letrados, políticos, cientistas,

entre os quais se encontrava quase toda a elite política nacional, representantes da agricultura cafeeicultora da província do Rio de Janeiro e do grande comércio da capital (Schwarcz, 2012).

Nesse limiar da segunda metade do século XIX, com atividades nas Sociedades e Associações Farmacêuticas, muitos farmacêuticos se destacaram na “composição de um cenário que anunciava nova configuração dos grupos sociais, políticos e de cientistas que buscavam representação e identidade no país” (Velloso, 2010, p.374).

É nesse contexto, que para além da capital piauiense, Eugênio Marques começara a envolver-se nacionalmente em outras atividades. No ano de 1874, foi aceito efetivamente como membro do Instituto Farmacêutico.⁷ O Instituto seria um órgão de representatividade dos farmacêuticos diplomados, que atuava principalmente para legitimar a prática farmacêutica que concorria lado a lado com outros práticos.

Como destaca Verônica Velloso, durante o século XIX, esses espaços de cunho científico tornaram-se mais visíveis, através do compartilhamento de conhecimentos. Diante disso, tinham objetivos direcionados para uma área do conhecimento específica ou áreas afins, relacionadas a aplicabilidade ou exercício de grupos de atores, configurados nas corporações científicas (Velloso, 2007). A aceitação de Eugênio Marques como membro desse espaço estava relacionada ao lugar social (Certeau, 1982), que vinha adquirindo ao longo da sua atuação na sociedade e entre os seus pares farmacêuticos, considerados homens de ciência.

A sua presença no Instituto o possibilitava apreciar os assuntos mais recorrentes e circulantes sobre as condições da farmácia brasileira, ter acesso aos estudos desenvolvidos por farmacêuticos e publicados na *Tribuna Farmacêutica*⁸, assim como, levar e discutir pautas referentes a situação da farmácia piauiense. No momento de seu ingresso, foi destinado a representar a província do Piauí, tornando-se Delegado do Instituto Farmacêutico (Carvalho, 1942).

As articulações com os membros do Instituto, e as recorrentes viagens para a capital do império, viabilizaram a Eugênio Marques dar um pontapé na sua carreira como farmacêutico. Mudou-se para o Rio de Janeiro e, na busca por reconhecimento naquele centro comercial, “instalou-se em vários pontos da cidade, tendo farmácia na rua de São Cristóvão, na rua do Conte D’Eu e no Campo de Santanna” (Carvalho, 1942, p.37).

Diante da experiência de mercado adquirida após instalar-se no Rio de Janeiro, tratou de procurar um prédio grande, em uma boa localização da cidade para criar um novo empreendimento, fixando-se na rua Visconde do Rio Branco, nº 12, esquina da rua do Regente, onde inaugurou o Laboratório da Flora Brasileira, em 28 de dezembro de 1881 (Pinheiro Filho, 1972).

⁷ “O instituto farmacêutico foi a primeira agremiação nacional da classe, destinada a aprimorar-lhe os conhecimentos, e no seio do meio científico. Surgiu como criação de outro ilustre farmacêutico, Dr. Eduardo Júlio Janvrot, francês de nascimento e brasileiro naturalizado, formado pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro, em 1854. O instituto editava uma revista, *Tribuna Farmacêutica*” (Pinheiro Filho, 1972, p. 20).

⁸ Revista Farmacêutica lançada em 1874, destinada aos interesses profissionais da classe farmacêutica, mantida pela diretoria do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro (Velloso, 2007).

No dia seguinte à inauguração do “Laboratório Flora Brasileira”, um jornal circulante na cidade do Rio de Janeiro, denominado “Gazeta de Notícias” publicara a seguinte matéria:

O Sr. farmacêutico Eugênio Marques de Hollanda inaugurou ontem o seu estabelecimento de produtos medicinais da flora brasileira. Às 11 horas da manhã, V. M. o Imperador, acompanhado do seu camarista vice-almirante. De Lamare, chegou ao Laboratório Central, onde foi recebido pelos srs. Marques de Hollanda e o comendador João Wilkens de Mattos. [...] Sua majestade o Imperador, visitou todo o estabelecimento e várias dependências do laboratório central, informando-se dos trabalhos e preparados que se achavam expostos, assistiu a manipulação de pílulas e outros medicamentos, ao processo de preparação da salsa, caroba e manacá, de vários vinhos medicinais, ferruginosos e tônicos. [...] Os produtos medicinais da flora brasileira, resultados dos estudos do sr. Marques de Hollanda, representam um grande tesouro a terapêutica nacional, e significam os poderosos recursos que ela possui e que a todos pode aproveitar, quando explorados com trabalho e perseverança. [...] O sr. Marques de Hollanda é merecedor de todos os elogios e ontem já os recebeu de todos quantos visitaram o seu estabelecimento, admirando, a par do plano científico que presidiu a sua organização (Gazeta de Notícias, 1881).

No período em questão, como ressalta José Murilo de Carvalho, a política imperial acontecia sob forte interferência de seus agentes diretos, constituídos na elite política e na burocracia. A elite, produzida deliberadamente pelo Estado, foi eficiente na tarefa de fortalecê-lo, sobretudo em sua capacidade de controle da sociedade (Carvalho, 2010). Eis ali momento oportuno para quem desejava consagrar-se na sociedade carioca e no estatuto dos homens de ciência, ter a presença do representante maior do território brasileiro à época – o Imperador.

Nesse contexto, a relação estabelecida entre a classe farmacêutica e o Estado Imperial, como enfatiza Verônica Velloso, era tendenciosa a “fins corporativistas, a partir da concessão de privilégios pelo Estado aos membros da classe e da intenção dos mesmos de administrar a fiscalização relativa às práticas médica, cirúrgica e farmacêutica” (Velloso, 2007, p.36). Receber a validação do chefe do estado imperial tinha como consequência, para Eugênio Marques de Hollanda, a atração dos olhares da sociedade para a sua figura e o consequente firmamento das vantagens que tais relações poderiam resultar.

Ao longo dos anos, o então Laboratório inaugurado passou a ter destaque no Brasil, principalmente através da produção de medicamentos em proporções industriais. As ideias que vigoravam na época de inauguração do Laboratório centravam-se no contexto de quadros associativos entre o grupo empresarial, que a partir da criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827) e da Associação Industrial (1881), fundadas no Rio de Janeiro, intensificaram-se ideários e ações sobre a necessidade da proteção à indústria nascente (Schwarcz, 2012).

Para publicitar seus produtos e valorizar a indústria nascente de produção medicamentosa nacional, Eugênio Marques investia em estratégias, para além da imprensa, lançando o *Almanaque da Flora Brasileira*, distribuído gratuitamente, contendo notícias e indicações resumidas de importantes especialidades do Laboratório Flora Brasileira, relatos de experiências de médicos e consumidores dos produtos, atestados estrangeiros dos medicamentos, textos reproduzindo as aprovações e licenças concedidas pela Junta Central de Higiene aos remédios, bem como o destaque, ao longo de suas páginas,

dos desenhos dos frascos, rótulos e atributos da Tintura de Salsa, Caroba e Manacá, Pílulas purgativas depurativas de velamina, Vinho de ananaz ferruginoso e quinado, Imbiribina, Xarope balsâmico peitoral de flores e bagas de aroeira e mucilagem de mutamba, Linimento anti-rheumático e anti-erisipelatoso, Pomada anti-herpática, Óleo de oliva composto, Polpa gelatinosa ou conserva de tamarindos, Vinho de jurubeba, Licores, dentre outros produtos, atuantes no tratamento de variadas doenças, dentre elas a sífilis, anemia, sezões, gastrites, hepatites, dores nas juntas, reumatismos, doenças das vias respiratórias e tantas outras (Almanak Flora Brasileira, 1884).

Outra estratégia utilizada por Eugênio Marques de Hollanda, para a divulgação de seus preparados e ampliação da indústria nacional de medicamentos, era a participação em exposições nacionais e estrangeiras de produtos industriais⁹, ocorridas em várias partes do mundo. Em algumas dessas exposições teve destaque, conseguindo medalhas de ouro e quatorze prêmios de primeira classe, entre as quais, na Exposição Fluminense de 1879, na Academia de Indústria de Paris, de 1881, no Congresso da Exposição Continental do Rio da Prata, na Exposição Alemã, de 1882, na Exposição de Berlim de 1886, na Exposição Universal de Paris em 1889 e na Exposição Industrial em 1895 (Carvalho, 1942).

Envolvera-se ainda na expansão de seus produtos para o mercado interno e externo medicamentoso, promovendo dinâmicas de mercado com consignatários presentes em algumas províncias brasileiras, tais como o Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso. E, ainda, exportando medicamentos de seu laboratório farmacêutico para as capitais e cidades de outros países, como Buenos Aires, Montevideú, Rosário, Lisboa, Porto e Paris (Almanak Flora Brasileira, 1884), “organizando-se em relações comerciais, baseadas na exportação de produtos manufaturados, conferindo expansões de mercado” (Hobsbawm, 2012).

O farmacêutico Eugênio Marques, ainda que se tornando afamado dentro e fora do país, continuava na busca de validar-se no espaço do Piauí. Além do estabelecimento farmacêutico mantido em Teresina e de consignatários em alguns municípios, procurou manter reconhecimento e relações econômicas naquele que era o local onde iniciara o ofício de fármaco. Certamente, essa ação poderia estar relacionada a mais uma alternativa de quem desejava lucrar na grande rede comercial, estabelecendo-se nas variadas dinâmicas de mercado. Não se tem precisão, até o momento desta pesquisa, se boa parte da flora medicamentosa de suas produções eram importadas da província piauiense. Porém, os rótulos que estampavam os produtos do Laboratório Flora Brasileira, “possuíam a referência - do Piauí” (Pinheiro Filho, 1972, p. 23).

A atuação de Eugênio Marques esteve presente em outros espaços, além do destaque na produção da indústria farmacêutica naquela época. Tornou-se presidente do Instituto Farmacêutico, em 17 de

⁹ Segundo Santos, as Exposições Industriais atuavam como uma forma de fomentar o mercado interno e seu crescimento industrial, dar incentivos a novas invenções e promover eventos expositivos. O evento em si já significava que se tinha algo a se mostrar e o caráter exibicionista não esconde as intenções nacionalistas do evento. Na comparação entre as nações, seria “moderna” aquela capaz de otimizar sua produção através de novas técnicas e aproveitamento de suas riquezas, mobilizando a capacidade produtiva existente, sendo as exposições parte desse arranjo na busca de se conhecer e melhorar os diversos produtos que poderiam fazer parte das exportações (Santos, 2016).

agosto de 1882. Durante sessão solene do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, no ato de sua posse, assumia as responsabilidades de tal cargo e aproveitava a presença da plateia ouvinte, em sua maioria formada por farmacêuticos diplomados, para ressaltar sobre a situação em que se encontrava a farmácia brasileira naquele momento. No decorrer das palavras supraditas pelo mesmo durante o evento, destacou pontos que evidenciavam atraso e depreciação das causas almejadas por farmacêuticos ali presentes. No entoar da sua fala, podia-se ouvir o seguinte:

Meus senhores:

[...] Para criar-se do nada tão útil Instituição, e fazer-la produzir os frutos que a mocidade estudiosa já há colhido, foi preciso muito esforço e dedicação de seus beneméritos instituidores, continuados até a ilustre diretoria que temos a honra de substituir. [...] A diretoria considera urgente que o Instituto, a par de sua fecunda Escola de Humanidades, estabeleça um curso completo de ciências farmacêuticas, não limitando-as a eloquência das teorias, mas sim, baseando-as nas demonstrações dos laboratórios, de modo a apresentar resultados práticos. [...] Não é menos evidente a necessidade indeclinável de um códex farmacêutico nacional, que regule as nossas operações profissionais, pois desde 1851, data do decreto que promulgou o regulamento da Junta de Higiene, e que nos deu por norma o códex farmacêutico francês, até a presente época da reforma daquele regulamento, que conserva a mesma disposição, em nada temos melhorado sobre tão importante assunto. No entanto, é forçoso reconhecer que o progresso da medicina, da química e da farmácia, já não se coaduna com as deficiências do códex que, há 21 anos, regendo a matéria, não registrou ainda em suas páginas qualquer das descobertas que as investigações científicas têm oferecido a terapêutica. Nesta conformidade, a diretoria tem em mente confeccionar um códex farmacêutico brasileiro, que, revestido de formalidades legais, sirva de farmacoopia nacional. [...] Não deve ocultar neste momento, a absoluta carência de esforços de toda classe farmacêutica para que se possa conjurar o mal a que o indiferentismo geral tem arrastado a instituição- impedindo a realização de suas mais nobres e justas aspirações. Sem atingir a esse grau de aperfeiçoamento, que permita exhibir-nos perante a opinião pública, por atos que revelem a nossa capacidade científica, continuaremos a ser, como até hoje, considerados os bastardos das nossas academias de medicina, se não seus pariás [...] (Tribuna Farmacêutica, 1882, p. 66-69).

As palavras de Eugênio Marques de Hollanda, ao assumir a presidência do Instituto, expressam sentenças carregadas de aspirações e representação para a classe farmacêutica. Se, para os farmacêuticos de outrora ingressar no curso de farmácia e possuir um diploma, eram as chaves para abrir as portas do universo dos homens de ciência, naquele momento os anseios eram outros. Buscava-se, acima de qualquer título ou diploma exposto nas bancadas e paredes das farmácias, a autonomia perante a sociedade e a opinião pública. Para muitos farmacêuticos ali presentes, aquele era o momento oportuno para pôr em prática as aspirações da classe e a validação da farmácia científica em detrimento à botica tradicional.

Segundo Verônica Velloso, o Instituto Farmacêutico chegou a ser considerado a instituição farmacêutica mais importante do Brasil durante o século XIX, devido à presença de expressiva elite farmacêutica e médica em torno de suas iniciativas, especialmente as que eram referentes ao ensino farmacêutico (Velloso, 2007).

As ações que o Instituto buscava alcançar trariam para o curso farmacêutico grande desenvolvimento. Estas envolviam desde relações com as sociedades farmacêuticas estrangeiras, a organização de uma biblioteca especializada, a criação de um periódico, a fundação de um gabinete de ciências naturais e análises, bem como preparar um grupo de praticantes de farmácia, criar uma escola de humanidades, na qual os alunos se preparariam para o curso de farmácia e enviar para a Europa profissionais com o intuito de se aperfeiçoarem (Carvalho, 1929).

Tais propósitos eram vultosos para a época e ansiados ao desejo de aderência e reconhecimento em meio a sociedade. Portanto, os farmacêuticos integrantes do Instituto seguiam com veemência para que cada medida dessa tivesse êxito.

Entre os anos de 1877 e 1882, os membros do Instituto Farmacêutico, buscando alternativas para as mudanças que almejavam para o curso de farmácia, procuraram desenvolver o gosto dos associados pela química, história natural e pela botânica, e junto a isso preparar professores que deveriam reger as cadeiras daquela que se tornava no momento o grande desejo dos dirigentes do Instituto: A Escola Superior de Farmácia (Carvalho, 1942).

Portanto, ao tomar posse do cargo de Presidente do Instituto, Eugênio Marques assumiu, como tarefa principal, criar, no Brasil, “a primeira Escola de Farmácia,¹⁰ desvinculada das Faculdades de Medicina, para a preparação de profissionais com preparo verdadeiramente científico” (Pinheiro Filho, 1972, p.23).

Até dado momento, o curso de farmácia era ligado ao de medicina, e os estudantes de farmácia passavam quase que todo o curso pagando disciplinas voltadas para a medicina científica e somente eram ensinadas matérias necessárias aos farmacêuticos no final do curso.

De acordo com Coriolano de Carvalho, frente ao Instituto Farmacêutico Eugênio Marques de Holanda encomendou maquinários e instrumentos de laboratório da França e da Inglaterra para a montagem da Escola Superior de Farmácia. Afirmava-se entre os farmacêuticos que aqueles aparelhos eram superiores aos de qualquer escola do país. D. Pedro II, diante das relações estabelecidas com o Instituto, cedeu a igreja de São Joaquim para ser sede da escola. Os professores que atuariam na Escola de Farmácia receberam estágio na Escola de Humanidades. Assim, no dia 31 de janeiro de 1884, instalava-se a Escola Superior de Farmácia (Carvalho, 1929). Foi necessário investimento e tempo para que fosse desvinculado o curso de farmácia do de medicina, mas a criação da Escola Superior de Farmácia já foi um grande ganho para os novos aspirantes a farmacêuticos.

¹⁰ Uma nova legislação foi criada e favorecia a criação de uma Escola superior de Farmácia, ligada ao Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro. Fundada em 1884, contou com recursos do próprio Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, angariados de seus sócios farmacêuticos, droguistas e médicos. De acordo com seus estatutos aprovados em 1885, o curso da Escola Superior de Farmácia seria distribuído em quatro séries. Entretanto o seu funcionamento foi breve. Faltaram-lhe alunos e recursos suficientes. Em 1887 fecharam-se suas portas. O esvaziamento do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro e o término de sua escola coincidiram com a crise do Império (Edler, 2006, p. 63).

Essa era a primeira vez que o curso de farmácia ofertado durante o Império se tornava independente da Faculdade de Medicina. O presidente do Instituto, Eugênio Marques, através da atuação frente a criação da Escola Superior de Farmácia, teve a possibilidade ainda de distribuir as cadeiras e alterar a durabilidade do curso, que a partir de então teria a duração de quatro anos.

A distribuição das cadeiras do curso, feita por Eugênio Marques de Hollanda, priorizava aquilo que durante anos era almejado pela classe dos farmacêuticos. Seguiu-se com a adesão de novas possibilidades de estudo, tais como as disciplinas de “Biologia”; “Terapêutica”; “Pharmacologia”; “Taxicologia”; “Hygiene e Legislação Pharmacêutica” e “Chimica Industrial”. Além das aulas teóricas, a Escola Superior de Farmácia previa um curso prático a ser realizado em laboratórios de Química Mineral e Mineralogia e de Química Industrial e Farmácia prática. Os professores ministrantes deveriam ser farmacêuticos e, ao final do curso, a Escola Superior ofereceria os diplomas de doutor em ciências farmacêuticas e de farmacêutico (Velloso, 2007).

Essas alterações enquadravam-se nos ditames da recém proclamada Farmácia Moderna (PITA, 2000), que se estendia por diversos países, envolvendo as descobertas especialmente na área da fármaco-química, a partir do que havia de mais moderno em estudos da área, que finalmente chegava ao Brasil.

Porém, diante das profundas transformações que a farmácia nacional passava naqueles anos, logo a Inspeção Geral de Higiene lançava uma nota que modificaria as conquistas alcançadas até então pela classe. Os artigos aprovados concediam licenças para que práticos em farmácia pudessem atuar tanto na produção e oferta de medicamentos quanto na abertura de farmácias (Carvalho, 1929). Diante disso, começaram a surgir protestos entre farmacêuticos de variadas províncias, trazendo como pauta o retrocesso a todas as conquistas alcançadas até aquele momento pela área da farmácia.

A busca de legitimidade dos farmacêuticos perante outros praticantes de cura encontrava-se afetada. Logo quando tinham chegado ao esplendor da classe, com a representatividade adquirida através do Instituto Farmacêutico e da Escola Superior de Farmácia e das ações do presidente Eugênio Marques de Hollanda. Diante das licenças cedidas aos práticos em farmácia, as consequências para a deflagração do curso foram imediatas.

Desde então, as medidas operadas pela Inspeção Geral de Higiene só impossibilitavam a ascensão dos recém-formados em farmácia. Uma delas era a negação ao reconhecimento dos certificados concedidos aos alunos da Escola de Humanidades e da Escola Superior de Farmácia. Segundo Coriolano de Carvalho, “A Escola Superior de Farmácia fracassara inteiramente, apesar da abnegação dos professores, dos esforços do Instituto e da fortuna de Eugênio Marques de Hollanda” (Carvalho, 1929, p. 99).

Portanto, os planos da classe farmacêutica e do Instituto, representados pela figura e ações do presidente Eugênio Marques de Hollanda, em torno da Escola Superior de Farmácia, com investimentos em aparelhamentos modernos para o aperfeiçoamento da área, com uma grade de disciplinas mais completa que a de outros cursos de farmácia ofertados nas províncias do Império, entravam em crise e

deixaram de funcionar com o vigor que operavam até então. As mudanças para o curso farmacêutico só ocorreriam nos anos vindouros da República no Brasil.

Como vimos, a vida de sucesso de Eugênio Marques de Hollanda durante quase toda a segunda metade do século XIX, como um farmacêutico renomado, esteve atrelada à vários fatores. As condições familiares que ele possuía o possibilitaram ingressar em um universo que, à época, condicionava, em sua maioria, que apenas os jovens de famílias abastadas ingressassem no mundo das letras e na consequente formação diplomada. Além da atuação como farmacêutico e na indústria medicamentosa em espaços diversos do Brasil, estava envolto na conjuntura que propiciou a formação e ingresso em “associações de diversas matizes: classistas, científicas e/ou filantrópicas, que colaborariam para a manutenção do equilíbrio de tensões entre seus representantes e o Estado Imperial” (Velloso, 2010, p.374).

Esse fora uma parte do percurso daquele sujeito que, na seção solene do Instituto Farmacêutico Brasileiro, ansiava, diante da plateia ouvinte e dos órgãos de saúde pública, por representatividade da classe farmacêutica brasileira. Percorrera caminho traçado inicialmente nas terras piauienses, local de seu nascimento e onde pôs em prática o título adquirido como farmacêutico nos primeiros anos de atuação.

Algum tempo depois, cruzou fronteiras e regressou ao Rio de Janeiro, espaço onde anos anteriores obteve diploma e formação, retornando e consagrando-se como precursor na produção de medicamentos industrializados no Piauí, no Rio de Janeiro e no exterior, com o Laboratório Flora Brasileira, difundindo dinâmicas de mercado através de seus preparados e estabelecendo relações comerciais no mercado farmacêutico nacional e estrangeiro.

Além disso, teve participação em questões relativas a outros setores sociais de Teresina, com doações monetárias e de medicamentos, buscando espaços que o tornasse reconhecido e envolto nas mudanças que ocorriam na cidade naquela época. No Rio de Janeiro, envolvera-se às causas farmacêuticas da época estando, junto a outros representantes da classe, frente à Associações, na presidência do Instituto Farmacêutico e como um dos fundadores da Escola Superior de Farmácia.

Sem intenções de traçar um perfil biográfico, através destes aspectos vividos por Eugênio Marques de Hollanda e aqui relatados, intencionamos neste texto destacar sua vida e carreira ao campo da farmácia científica, no Brasil do século XIX, como ocorrido em relação a outros sujeitos farmacêuticos, que tem recebido destaque e relevância em pesquisas e estudos sobre história da farmácia no Brasil. Eis o percurso trilhado por um sujeito, na busca de consagrar-se como um homem de ciência.

REFERÊNCIAS E FONTES

- ALMANAK FLORA BRASILEIRA. (1884). **Importantes especialidades de produtos medicinais da flora brasileira**. Rio de Janeiro: Fábrica e Depósito Central.
- ANDRADE, Andreia Rodrigues de (2016). **Entre o sertão e as margens do Rio Parnaíba: a transferência da capital e a cidade de Teresina na segunda metade do século XIX**. 212 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

- CARVALHO, J. Coriolano. (1942). **Eugênio Marques de Hollanda**: pioneiro da indústria farmacêutica nacional. 1836-1892. (Conferência realizada na Sociedade de Pharmacia e Chimica de S.Paulo em 26 de Março de 1941. *Jornal do Commercio*). Rio de Janeiro.
- CARVALHO, J. Coriolano. (1929). **A Pharmácia no Rio de Janeiro**. (Memória apresentada no segundo congresso brasileiro de pharmácia). *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro.
- CARVALHO, José Murilo de. (2010). **A construção da ordem**: a elite política imperial. *Teatro das sombras: a política imperial*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. (2008). **História e masculinidades**: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX. Teresina: EDUFPI.
- CERTEAU, Michel de. (1982). **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- COSTA, Maria Cristiane da. (2012). Práticas de pensões de estudos no Império: um olhar sobre os pensionários militares (1821-1831). 158f. Dissertação de Mestrado (Instituto de Ciências Humanas e Filosofia) – Universidade Federal Fluminense, Gragoatá.
- CYTRYNOWICZ, Monica Musatti. (2007). **Origens e trajetórias da indústria farmacêutica no Brasil**. São Paulo: Narrativa um.
- DIEZ DEL CORRAL, Florentina Santos; SOUZA, Mirabeau Levi Alves de; NEGRÃO, Odulia Lebereiro. (2009). **Do Boticário ao Farmacêutico**: o ensino de farmácia na Bahia de 1815 a 1949. Salvador: EDUFBA,.
- EDLER, Flávio Coelho. (2006). **Boticas & pharmacias**: uma história ilustrada da farmácia no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves de. (2002). **A arte de curar**: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. RJ: Vício de Leitura.
- GAZETA DE NOTÍCIAS, Inauguração do Laboratório Flora Brasileira, **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1881.
- GONÇALVES, Wilson Carvalho. (2003). **Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado (1549 – 2003)**. Teresina: Halley.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. (1998). **Do espetáculo da natureza à natureza do espetáculo**: boticários no Brasil setecentista. 252f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo.
- MARTINS, Ana Paula; TUPICH, Michelle. Coração e ciência: Victor Ferreira do Amaral e a prática da medicina e da assistência à maternidade e à infância na Curitiba do início do século XX. In: FERREIRA, Luiz Otávio *et. al.* (2015). **Os filantropos da nação**: sociedade, saúde e assistência no Brasil e Portugal. Rio de Janeiro: Ed. FGV, Faperj.
- NUNES, Maria Célis Portella; ABREU, Irlane Gonçalves de. Vilas e Cidades. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro (Org.). (1995). *Piauí: formação, desenvolvimento e perspectivas*. Teresina: FUNDAPI.
- PEREIRA NETO, André de Faria (2001). **Ser médico no Brasil**: o presente no passado. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- PERUCHI, Amanda. (2020). Abelhas ou zangões: as primeiras normas para o profissional da farmácia no Brasil no início do século XIX. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 199-212, set.-dez..
- PIAUHY. **Presidência da Província**. (1857) *Relatorio com que foi entregue a administração da Provincia do Piauhy no dia 07 de março de 1857, ao Exm. Snr. 1º vice-presidente Dr. Lourenço Francisco D'Almeida Catanho pelo seu antecessor o Exm. Sr. Senador Frederico D'Almeida Albuquerque*. Therezina: Typ. Constitucional.
- PIAUHY. **Presidência da Província**. (1868). *Relatorio com que o Exm. Sr. Presidente da Provincia do Piauhy Dr. Polidoro Cesar Bulamarque passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. José Manoel de Freitas*. Therezina: Typ. Constitucional.

- PINHEIRO FILHO, Celso. (1972). Eugênio Marques de Holanda. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense**, Teresina, ano 54, nov.
- PITA, João Rui. (2013). **Épocas da farmácia em Portugal e na Europa**: sinopse histórica. *Revista CEPIHS*, Coimbra, v. 3, p. 245-267.
- PITA, João Rui. **História da farmácia**. Coimbra: Minerva, 2000.
- POLLAK, Michael. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15.
- QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita (2008). **Educação no Piauí: 1880 – 1930**. Imperatriz (MA): Ética.
- SANT'ANNA, Sabrina Marques Parracho; BOSSISSIO, Rafael de Almeida Daltro. (2010). **Inovações, tecnologias e transferências tecnocientíficas**: a experiência do império brasileiro. Rio de Janeiro: CHDD; FUNAG.
- SANTOS, Paulo César dos (2016). **Produtos da terra**: tempo, espaço e técnica nas exposições industriais. 2016. 298f. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. (2012). A construção nacional. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História do Brasil nação (1831-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, v. 2.
- SOUSA NETO, Marcelo de. (2013). **Entre vaqueiros e fidalgos**: sociedade, política e educação n Piauí (1820-1850). Teresina: FCMC.
- TRIBUNA PHARMACÊUTICA. (1882). Discurso inaugural da atual diretoria do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, lido pelo seu presidente na sessão de posse em 17 de agosto de 1882. **Tribuna Farmacêutica**, Rio de Janeiro, série 5ª, n. 5, nov., p. 66-69.
- VELLOSO, Verônica Pimenta. (2007). **Farmácia na Corte Imperial (1851-1887)**: práticas e saberes, 2007.335f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.
- VELLOSO, Verônica Pimenta (2010). **Assistência farmacêutica**: discursos e práticas na capital do Império do Brasil (1850-1880). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p.373-394, jul./dez.